
RECENSÕES

CROATTO, J. Severino: *Hermenêutica bíblica*. Para una teoría de la lectura como producción de sentido. Ed. La Aurora, Buenos Aires, 1984. 96 pp., 19,7x13,7cm.

J. S. Croatto, teólogo evangélico argentino, já nos brindou com alguns exercícios de hermenêutica sobre o livro do Êxodo (1973; port.: *Êxodo. Uma hermenêutica da Liberdade*. São Paulo, Paulinas, 1981). Expõe-nos agora seus princípios teóricos, num livrinho de aparência singela, mas de conteúdo muito condensado, e com muita “reserva-de-sentido”...

Define a hermenêutica — com Ricoeur — como “teoria das operações da compreensão relativamente à interpretação dos textos” (9s). Evoca, depois, brevemente a história da hermenêutica bíblica. Confronta diversas atitudes: fazer da realidade presente o primeiro lugar teológico e deixar a Bíblia no segundo plano? buscar paralelos “concordistas” entre a realidade “histórica” da Bíblia e a nossa? procurar antes de tudo entender o texto como acontecimento do passado no seu próprio contexto histórico? submetê-lo à análise estruturalista? hermenêutica existencial ao modo de Bultman, Ebeling, Fuchs? Muito disso entra no projeto aqui proposto — menos o concordismo (18)!

O cap. I nos leva “da semiótica à hermenêutica”. Respeitar o “código” da mensagem, que não é necessariamente histórico! Perceber a *polissemia*,

constitutiva da gênese de um texto. Pois texto não é palavra falada ao vivo. Esta tem um sentido determinado (“clausura” de sentido), mas tornando-se ela *texto*, o autor e o horizonte original desaparecem, e permanece o texto “aberto” a diversas “significações” (produções de sentido) em novos horizontes (“abertura”, *dis-closure*). No nível semântico, pode-se dizer que o “potencial da linguagem” se “fecha” num primeiro distanciamento, o da fala, mas se reabre, como “polissemia potenciada”, no segundo distanciamento, o do texto (25s). Nesta situação de abertura, o ato hermenêutico consiste em “produzir” sentido desde o texto, não algum sentido único (pois esse não está aí), mas *um* sentido que ele traz em sua “reserva-de-sentido” (que é a razão fundamental por que ele foi conservado como texto, pois texto esgotado se joga fora como nota fiscal superada ou carta de ex-namorada). Cada leitura é produção de um discurso a partir do texto: re-leitura; não porque o texto seja impreciso ou ambíguo, mas porque sua “textura de significantes” é capaz (competente) de alimentar muitas significações (cf. as inúmeras “interpretações” que permite uma partitura musical). A significação não é uma reação química a partir dos elementos constitutivos do texto, mas uma possibilidade que ele tem *à sua frente*, possibilidade que será atualizada nos novos horizontes em que ele aparecer (31). Em princípio, essas possibilidades são

inúmeras. Mas em determinados momentos ocorre “fechamento” — um momento a conservar, por causa de uma relação significativa determinada, p. ex., quando uma comunidade adota (canoniza) um texto como S. Escritura. Aí, a interpretação aparece como “apropriação” de sentido (37), que se quer exclusiva e provoca o “conflito das interpretações”, que, contudo, não é irreconciliável, porque “as leituras mantêm comunicação subterrânea” (40; ponto a explicitar mais). Neste terceiro distanciamento, o da (re-)leitura, manifesta-se assim que houve uma absorção de sentidos (diversos), através da sucessão de horizontes — um enriquecimento. O distanciamento tem função interpretativa (41 — o historicista descanse em paz!).

O cap. II trata de “práxis e interpretação” (observem a ordem!). Que desencadeia a pluralidade de leituras? Na narração significativa, um fato se torna “fundante”, pelo menos visto à distância, à luz de novas projeções (por isso, a leitura historicista é tão insignificante...). Mas cada narração e releitura acontecem desde uma práxis diferente: o conflito das interpretações tem seu reverso num conflito de práticas (47). O A. ilustra isso na história do cânon. Depois, evoca a relevância desta questão para nossa situação latino-americana. Oferece considerações esclarecedoras sobre intertextualidade: absorção da releitura no texto (um exemplo de fusão de horizontes — cf. Gadamer — conservada dentro do texto). E assim chegamos à Bíblia como *um* texto em sua totalidade (neste sentido, a separação de AT e NT é “anti-semiótica” [63]). A Bíblia não na intenção de seus autores, mas na significação que ela

tem à sua frente, é um grande relato, atravessado por eixos semânticos, que orientam a produção de sentido a partir do todo: libertação, justiça, amor etc. (a entender não como temas ou verbetes de um dicionário teológico, mas como eixos de estruturação). O eixo “opressão-libertação” nos ajudar a entender por que o Pentateuco termina no limiar da Terra Prometida: para o povo oprimido que constituiu o Pentateuco, a promessa ficava aberta. Este exemplo mostra que os oprimidos possuem da Bíblia a “pertença” (é para ser compreendida por eles) e a “pertinência” (o horizonte deles se funde com o da Bíblia) (69s.).

A correlação entre práxis e releitura explica-se a partir da interação entre o efeito histórico do acontecimento (no nível prático) e sua “história semântica” (no nível lingüístico). A história semântica (releituras) é provocada pelas práticas sucessivas (71). Assim, a experiência de libertação pode provocar talvez a primeira leitura com fé verdadeiramente bíblica, na religiosidade popular latino-americana (72).

O cap. III propõe que não se faça mera *exegesis* (tirar algo do texto), mas *eisegesis*: entrar nele, para dentro dele des-implicar sua reserva de sentido — leitura saturada do “político”, porque produzida em correlação hermenêutica com a realidade sócio-histórica. A Bíblia surgiu num processo hermenêutico, que fez o acontecimento passar à palavra; sua mensagem continua no prolongamento deste processo, como sentido aberto. “Na interpretação contextualizada é dito o não-dito do texto” (75). Seguem considerações sobre “atualização da Bíblia ou iluminação da reali-

dade?” — a circularidade hermenêutica, o “fim da revelação”, entendendo-se que a Bíblia é texto normativo e arquetípico, mas aberto!

E a fé? A fé situa-se no “depois hermenêutico” (79). Mas antes da fé, Deus se manifesta na experiência, tanto agora como no passado. Por isso é insuficiente uma teologia baseada exclusivamente nas fontes *transmitidas* de revelação, seja a “Sola Scriptura”, seja a Escritura acompanhada da Tradição. Antes, deve basear-se numa tradição *viva*, incluindo a revelação *presente* de Deus na história. Não uma “teologia de depósito” (tradução muito infeliz de *paratheke*, na 1 Tm). O papel do magistério (católico) ou tradição confessional (protestante) é fechar *momentaneamente* o sentido de uma tradição e práxis, constituindo porém — conforme o processo hermenêutico explicado — esta “clausura” ponto de partida para uma nova abertura da significação (83).

A linguagem da fé articula em redor de um fato empírico o *sentido de obra de Deus*: é isto que se lê no texto e que se assume, na mesma significação, da prática vivida. A fé precede esta significação e faz com que os fatos falem da manifestação de Deus, sejam eles milagrosos ou não, antigos ou presentes (84s). A partir daí, o A. revaloriza de modo mui adequado a linguagem simbólica e mítica, “forma imprescindível do discurso religioso” (85). Hermenêutica é “recontextualização da mensagem bíblia”. “A revelação é um desafio, porquanto impulsiona a descobrir no acontecimento uma riqueza de sentido que não tem necessidade de ‘coincidir’ com o que aconteceu em Israel” (86). Toda “clausura” de sentido é contextual,

para ser inteligível. Mas, para ser inteligível em outro contexto, o texto tem que ser recontextualizado em sintonia com os eixos querigmáticos codificados (e portanto a decodificar!) nos eixos semânticos do texto (87). Por isso é indispensável o “rodeio da semiótica”, na hermenêutica. Na recontextualização, entram as ciências sociais.

Tudo isso não conduz ao subjetivismo? A hermenêutica, secundada pela semiótica, está além da ruptura subjetivo/objetivo. E não se demonstra uma preferência quase exclusiva pelo AT? A Bíblia é *um* texto só, e sua matéria narrativa (e eu acrescentaria: seu simbolismo religioso) se encontra sobretudo no AT. Importa que seja re-lido dentro do Novo (eu diria: o NT é a chave para abrir, não para fechar o AT). Também, o uso do AT nos torna mais conscientes da forte contextualização do NT. Na Bíblia existe uma intertextualidade (AT e NT), que se tornou intratextualidade (o AT *no* Novo), revelando que o AT ainda não esgotou todo seu sentido (90).

“Existe um rodízio da palavra se tomando texto e do texto se tornando palavra. (...) a Escritura foi antes proclamação, e o é depois também. (...) a Escritura se faz Palavra e a Palavra se faz Escritura. Nunca se pode estancar este movimento, porque por trás está a presença de Deus na *vida*, Deus de viventes, não de mortos” (ib.).

O leitor nos desculpe por este resumo que virou tratado. Mas o assunto é ainda bastante desconhecido, e contudo, há muitos que fazem interpretação da Bíblia entre nós (momentos os que manipulam a Bíblia dizendo que não fazem interpretação). Toda lucidez metodológica é pouca nesta

matéria. A Bíblia é que alimenta a práxis eclesial sobretudo em nível de base. Ela é o terreno de encontro das diversas confissões, que infelizmente transformam nossos bairros populares em campos de batalha. A contribuição de S. Croatto é, por isso, mui oportuna – embora nada fácil de assimilar. Como teólogo não vejo aberrações no projeto hermenêutico aqui proposto. Tenho, sim, perguntas a respeito daquilo que não é dito, ou não muito explicitamente. Respeita-se bastante a “alteridade histórica” do acontecimento, a unicidade do Evento Jesus Cristo e seu horizonte histórico próprio? Não pode a fusão de horizontes (na terminologia de Gadamer) se tornar uma mera absorção (este termo ocorre: p. 41 etc.). Certo, esta fusão é indispensável, para que o acontecimento se nos torne acessível; e possível, porque o acontecimento, de certo modo, está acontecendo ainda hoje em nosso contexto atual. Mas a singularidade fundadora do evento histórico passado? O *efapax*: o Evento Jesus Cristo aconteceu uma vez para sempre. O “para sempre” está bem explicado na hermenêutica de C. Mas o “uma vez”? Talvez se esconda humildemente (kenoticamente) no termo “inesgotável”, tão freqüente neste livrinho. Este termo exclui o reducionismo: o acontecimento (fundador) não é nunca *apenas* aquilo que dele entendemos mediante nossa recontextualização hermenêutica. Seu sentido é sempre maior. Por mais relevante que seja a leitura política e sociológica do NT, e

por mais indispensável que ela seja para “fazer sentido” num contexto de opressão, o Evento Jesus nunca significará *apenas* a práxis de um libertador social e político. Também, as libertações históricas de hoje e sempre nunca esgotarão o sentido da obra salvífica de Jesus, por mais autênticas e necessárias elas sejam, no nosso contexto, como encarnação deste sentido inesgotável. A autêntica releitura libertadora tem consciência da “reserva-de-sentido” que a torna possível e legítima, mas sempre como provisória e parcial. Quanto mais se está envolvido nela, tanto mais se sente a necessidade de ficar aberto para a “surpresa” que o Acontecimento, sempre diferente de nossa leitura e inesgotável, reserva para nós, até que “nosso acontecimento” nos forneça a chave para abrir mais um compartimento dos “nova et vetera” que o sentido fundador traz em seu bojo.

Outra questão que mereceria maior esclarecimento é a função da exegese histórico-crítica e filológica, como busca daquilo que está detrás do texto e não apenas à sua frente. Até que ponto ajuda para uma hermenêutica legítima, qual é seu aporte?

Quero terminar com a sobremesa: um útil vocabulário semiológico-hermenêutico (91-92), e índices analítico-alfabético e de citações bíblicas. A tipografia é muito correta. Expresso o desejo que breve apareça uma tradução brasileira.

Johan Konings

GNILKA, Christian: *CHRESIS. Die Methode der Kirchenväter im Umgang mit der antiken Kultur. I: Der Begriff des "rechten Gebrauchs"*. Schwabe u. Co. AG Verlag, Basel/Stuttgart 1984. 151 pp., 23,6x16,6cm. ISBN 3-7965-08154

O A. não é teólogo e sim especialista em Filologia clássica. No entanto, brinda-nos com uma obra de grande interesse teológico, pesquisando com os recursos de sua ciência o método usado pelos Padres da Igreja no diálogo com a cultura pagã, greco-romana. O A. resume esse método na própria terminologia patrística com a palavra grega "chrésis" que significa "uso". O conceito-chave do método patrístico no diálogo com a cultura pagã é o de "reto uso", ele mesmo tomado daquela cultura.

Depois de uma introdução em que trata da função da Filologia na Teologia e assim justifica seu trabalho, além de resumir antecipadamente as grandes idéias do livro e mostrar a atualidade do tema (cap. A: 11-24), o A. se estende nos dois capítulos centrais sobre o objeto de seu trabalho.

O cap. B estuda o conceito e a natureza do "reto uso" (25-101), mostrando suas raízes na Filosofia (especialmente a Ética) e na Medicina antigas. A experiência quotidiana de que todas as coisas podem ser usadas quer para o bem, quer para o mal, foi integrada nos diversos "sistemas" filosóficos (Sofística, Platão, Aristóteles, Estóicos, Filosofia popular) e conforme isso adquiriu diferentes nuances de sentido. Mas sempre (também em seu uso na Medicina) a "chrésis" implicava discernimento e seleção.

Os Padres adotarão esse conceito a partir do pressuposto teológico de

que o mundo é criação de Deus e, portanto, bom. Se há o mal (e ele existe na cultura pagã) é porque o mundo é mal usado. O fundamento bíblico deste pensamento patrístico – que será aplicado à relação do cristianismo com os bens da cultura antiga – é 1 Tm 4, 4. Mas o "reto uso" supõe discernir, julgar, ponderar.

Num cuidadoso estudo terminológico, o A. mostra como Tertuliano, Clemente de Alexandria e Orígenes fundamentam cristãmente o conceito do "reto uso" que será depois mais amplamente desenvolvido pelos Padres posteriores (Dídimo o Cego, Basílio Magno, Gregório Nazianzeno, Gregório de Nissa, Agostinho) e através de Cassiodoro, Máximo Confessor e João Damasceno chegará à Idade Média. O A. está convencido de que o conceito de "uso" (chrésis) e "reto uso" dão conta do fenômeno único da penetração da cultura antiga pelo cristianismo, muito mais que outros conceitos modernos (e até de moda), como "acomodação", "adaptação", "fusão", "recepção" etc. (Ele não cita "aculturação", mas não seria o caso também mencionar?) O pressuposto da teoria do "reto uso" é que todo elemento de verdade e de bem que existem na cultura e religião não-cristãs são "sementes do Verbo", de forma que o cristão tem direito de apropriar-se deles, pois na verdade pertencem ao Cristo. O "reto uso" supõe que o critério de discernimento é Cristo.

O cap. C (102-133) explora uma metáfora muito querida dos Padres para esclarecer o "reto uso" da cultura antiga pelo cristão: a metáfora da abelha. Por ela explicitam-se três traços típicos do método do "reto uso": 1) *nada é deixado de lado*: como a

abelha colhe o néctar em todas as espécies de flores, sejam amargas, ácidas ou doces, assim também o cristão pode (e deve) lançar mão de todas as flores do amplo jardim da cultura antiga; 2) mas, se a colheita da abelha se estende a todas as flores, é, no entanto, uma colheita *seletiva*: ela só toma das flores aquilo que serve para fazer mel; e, 3) por fim, a atividade da abelha é *criadora*: ela trabalha o que colheu para transformá-lo em mel. O A. mostra como também essa metáfora os Padres aprenderam da cultura antiga. O segundo elemento da metáfora (a atividade seletiva da abelha) é um princípio comum da pedagogia antiga que os Padres “usam” para mostrar o que é preciso fazer na educação cristã: reconhecer na cultura pagã o que é inassimilável pelo cristianismo e corrigir (implicitamente) o que é aceitável. Este último aspecto conduz à dimensão criativa desse trabalho que é menos acentuada, mas está presente, tanto na cultura antiga (Sêneca, Macróbio), como nos escritos dos Padres (Clemente, Jerônimo, Teodoreto). No caso do uso cristão da cultura antiga, a criatividade consiste em introduzir esses bens culturais num outro contexto, o cristão. Talvez o caso mais claro seja a resposta de Jerônimo aos que acusam Paulo por ter citado um verso de Epimênides (cf. Tt 1, 12) que também se encontra no Hino a Zeus, de Calímaco. Ora, nesse hino os cretenses são chamados de mentirosos, porque mostram aos visitantes um túmulo de Zeus, quando os deuses são imortais. Cristãos ilustrados que conheciam o poema todo, se escandalizavam, porque, citando o verso, Paulo estaria aceitando o pensamento completo do autor: “se os cretenses men-

tem, porque inventaram um túmulo de Zeus, então Zeus vive!” (126). A defesa de Paulo por Jerônimo consistirá em comparar com o trabalho seletivo da abelha: “usar” uma parte, o que interessa, sem aceitar o todo.

O resultado deste método é o que o A. chama de “metamorfose cultural”, a transformação da cultura antiga pela ação do cristianismo (cap. D: 134-140). Os padres procuravam conservar do patrimônio cultural antigo tudo quanto era possível converter. “Conversão” é a palavra apropriada, porque inclui conservar e mudar (totalmente). O A. ilustra o processo com quatro figuras usadas pelos Padres: o mito do cantor Eunomos, a parábola do fermento, a vara de Aarão e a água de Mara. Os Padres mostram nessas figuras um grande otimismo pelo papel transformador do cristianismo. Cite-se, a título de exemplo, a última das figuras mencionadas pelo A.. Ex 15, 25 narra que Moisés atirou na água salobra de Mara um pedaço de madeira e a água tornou-se potável. “A água permaneceu água, mas foi totalmente mudada. Algo análogo acontece quando o cristão lança a cruz num reservatório de cultura antiga” (140). Gregório de Nazianzo confessa: “Formei minha linguagem nos escritos pagãos e enobreci-a pelas Escrituras divinas: tornei potável pelo Madeiro da Vida a água salobra e não-potável de Mara” (Or. 36, 4; cit. p. 140).

A lição dos Padres é de grande atualidade. Daí a importância deste livro. Em primeiro lugar, para a Missiologia. A “chrésis” “expressa a natureza (Wesen) da missão cristã, tal como a Igreja antiga a viu” (140). Aliás, por isso mesmo, o trabalho foi publicado sob o patrocínio do Instituto de

Missiologia da Universidade de Münster e traz um prefácio de J. Dörmann (5-9), desse Instituto, em que confronta os resultados da pesquisa de Chr. Gnllka com outras posições mais simplistas para explicar a expansão do cristianismo na antigüidade.

Sem dúvida o "reto uso" continua um desafio para os atuais evangelizadores dos povos indígenas, dos africanos e dos asiáticos. A metáfora da abelha não resolve na prática, mas ilumina esse trabalho.

Mas não só aqui reside a atualidade do tema. Também no diálogo com a cultura contemporânea, v. gr., o marxismo, seria bom pensar na lição dos Padres. Em geral os cristãos que

lançam mão da análise marxista para interpretar a realidade, não a querem assumir "in totum" e com todos os seus pressupostos, mas apenas alguns elementos úteis para entender o real, compatíveis com a visão cristã de mundo e nela integrados. Por que não seria um caso atual de "chrésis"? Mas o estudo de Gnllka também ensina que a "chrésis" é um "fenômeno histórico" (20): "Não tudo está logo e simultaneamente maduro para o uso cristão" (21). Por isso: "A chrésis teve que se afirmar constantemente contra resistências também das próprias fileiras" (ib.).

Francisco Taborda S.J.

BOROBIO, Dionisio e outros:

La celebración en la Iglesia. I. Liturgia y sacramentología fundamental, Ed. Sígueme, Salamanca 1985, 607 p. 21,5x13,5cm.

A obra realizada por um grupo de liturgistas e teólogos dos sacramentos, responde a uma demanda da Associação de Professores de Liturgia da Espanha e certamente vai responder também aos anseios de outros muitos professores de outros países. A nova compreensão da liturgia desenvolvida pelo Movimento Litúrgico e incentivada pelo Vaticano II, estava exigindo um tratado desta natureza. Recuperar de maneira orgânica a unidade da reflexão teológica sobre liturgia e sacramentos é uma necessidade vivamente sentida em muitas Faculdades de Teologia e cursos de seminários, que nem sempre encontram os instrumentos didáticos adequados. Os sacramentos são o coração da liturgia, embora não toda celebração

litúrgica se reduza a um dos sete sacramentos. E toda a liturgia é sacramental, expressão simbólica que torna presente e atualiza de diversas formas o Mistério de Cristo. Como, então, num momento em que tanto insiste a Teologia em que deve partir da práxis pode ser feita uma reflexão teológica sobre os sacramentos que não se apoie na práxis da celebração litúrgica? E como se pode refletir criticamente sobre a celebração litúrgica (sob pena de cair num mero rubricismo ou historicismo ritual) sem uma reflexão teológica sobre os sacramentos?

Eis por que nos parece muito feliz o propósito desta obra de recuperar a unidade entre liturgia e sacramentos, rota pela teologia escolástica (ao deixar na sombra o caráter celebrativo dos sacramentos) e por uma prática litúrgica que se distanciou cada vez mais do povo. A renovação litúrgica pós-conciliar envolveu de novo e de forma crescente o povo cristão na ce-

lebração do Mistério de Cristo, mas para que ela possa caminhar consciente dos seus passos, com a força criativa que nasce da tradição viva desse Mistério, ela precisa compreender-se teologicamente. A reflexão sobre os sacramentos, por outro lado, só será libertada de apriorismos dogmáticos ou ideológicos, na medida em que se deixe questionar suas teorias pela contemplação e vivência do Mistério que tem lugar na celebração litúrgica. O antigo axioma, *lex orandi, lex credendi*, encontrará aí uma verificação concreta. A obra chega, pois, como se diz no prólogo, num momento muito oportuno: "Passadas as reações da 'primeira inocência' ou os conflitos da primeira reação (extremismos de diverso tipo) estamos num momento propício para que a reforma litúrgica produza seus melhores frutos". Tentar uma "nova síntese litúrgica e sacramental", eis uma tarefa para a Igreja, à qual a obra quer dar uma contribuição.

Este primeiro volume trata da liturgia e sacramentologia fundamentais. Seguir-se-ão outros dois: o segundo dedicado aos sacramentos em particular e o terceiro centrado sobretudo no ano litúrgico e na liturgia das horas. O primeiro volume consta de quatro partes. A primeira a cargo de X. Basurco e A. Goenaga trata da experiência litúrgico-sacramental da Igreja na sua evolução histórica, des-

de o momento bíblico até a Constituição *Sacrosanctum Concilium* e as correntes pós-conciliares. São 156 páginas muito ricas, em que a partir do dado histórico se procura compreender o presente da realidade litúrgico-sacramental. Põem-se assim as bases para a segunda parte, da autoria de L. Maldonado e P. Fernández, em que partindo da fenomenologia da celebração litúrgica se faz uma reflexão teológica sobre ela. A terceira parte realizada por Boróbio, diretor da obra, elabora uma teologia do sacramento que tem como matriz e ponto de referência a celebração. Por fim, a última parte, a cargo de C. Floristán, trata da pastoral litúrgico-sacramental.

Aparece clara a tentativa de integrar as grandes dimensões da reflexão: a evolutivo-histórica, a fenomenológico-antropológica, a teológico-sistemática e a pastoral-antropológica. Trata-se de uma obra de grande valor que deverá ter, nos próximos anos, uma influência considerável nos cursos de Teologia, para uma integração de tratados ainda dispersos e também na pastoral litúrgico-sacramental. Ela está sendo traduzida pelas Edições Loyola e fazemos votos de que possa estar nas mãos do leitor brasileiro o mais brevemente possível.

J. Ruiz de Gopegui S.J.

PIKAZA, Xabier: *Anunciar la libertad a los cautivos. Palabra de Dios y catequesis*, Ediciones Sígueme, Salamanca 1985. 403 p., 21x13,5cm. *Anunciar a Liberdade aos Cativos (Palavra de Deus e catequese)*, Edições Loyola, São Paulo 1985. 406 p., 21x14cm.

No 750º aniversário do reconhecimento pleno do carisma de libertação dos mercedários dentro da Igreja, Pikaza dedica este livro a seus irmãos e a suas irmãs da ordem fundada por S. Pedro Nolasco. São uma série de reflexões sobre a libertação, nascidas da Palavra de Deus, no processo em

que a ordem se empenhou para a redefinição das exigências de uma “redenção-libertação de signo mercedário nas novas circunstâncias culturais e sociais da Igreja” e que depois vieram juntar-se à reflexão das igrejas latino-americanas sobre a libertação.

O autor, através de um percorrido de diversos temas bíblicos numa visão panorâmica, quase completa, dos escritos bíblicos, pretende introduzir o leitor no processo de libertação a que Deus chama os homens ao longo de toda a história, conforme o testemunho do Livro sagrado. Não se trata de um trabalho de exegese científica (embora a suponha) nem de um tratado teológico sobre o tema da libertação, mas, como o autor o qualifica, de catequese. Não que seja um manual de catequese (embora o autor chegue a usar alguma vez esta denominação) mas uma série de leituras que ajudarão o leitor num processo de amadurecimento da fé, levando-o a um compromisso crescente “com o anúncio da liberdade numa terra de cativos” até a entrega da própria vida, se for preciso, seguindo o caminho do Cristo. É claro que estas leituras poderão ser inspiradoras para a catequese, mas dada a estrutura e o estilo do livro, ele se destina em primeiro lugar para a leitura pessoal, uma leitura espaçada ao longo dos dias e meditada, à maneira da clássica *lectio divina*. A estrutura de cada tema é permanente: um momento de abertura ou *situação* que situa o tema bíblico no seu contexto em referência também à situação do leitor e que corresponderia ao *ver* dos esquemas clássicos; um momento de mensagem ou *sentido* do fato ou da palavra bíblica, que corresponderia ao *judgar*; um momento de *atualidade* ou compromisso

que levaria ao *agir*.

A escolha dos temas não é arbitrária: ela visa introduzir o leitor no caminho da tradição bíblica, do Antigo ao Novo Testamento, e aí descobrir o chamado divino à libertação dos homens. São apresentados em primeiro lugar os *grandes modelos* — Moisés, Abraão, Êxodo, aliança... — os tipos ou exemplares permanentes de um caminho que deve inspirar os passos do cristão. Os profetas (*a profecia antiga*) ajudarão a aprofundar a experiência de pecado e cativo, e aí serão incluídos também temas como Babel, Caim e Adão. Por fim os profetas pós-exílicos e os livros sapienciais e didáticos completarão o quadro do AT traçando perante os olhos do leitor os *caminhos da libertação*, que a partir da própria situação de cativo abrem uma esperança para os cativos.

No espaço da Nova Aliança o leitor poderá contemplar *Jesus*, a sua vida e sua morte interpretadas a partir da páscoa como princípio e sentido da *nossa liberdade*. O caminho de *Jesus*, verdadeiro “pentateuco”, base espiritual da vida cristã, se explicita em algumas conseqüências que podem ser formuladas como uma *nova profecia sobre um mundo cativo*. Por fim diversos textos completarão o quadro do NT, apresentando os *caminhos da experiência eclesial* que levam à *libertação definitiva*.

Os temas são tratados com a competência do teólogo e exegeta e com o calor do testemunho de uma experiência espiritual comprometida no anúncio da liberdade aos homens. Sua leitura é profundamente sugestiva e atraente, e ajudará os leitores a penetrar mais e mais no rico universo da palavra bíblica e a compreender a

sua mensagem libertadora. O livro é aberto com uma introdução, em que se fazem umas reflexões teóricas que fundamentam a leitura da Bíblia na perspectiva da libertação, e fechado com um epílogo em que se desenvolvem os “quatro momentos da libertação, em perspectiva mercedária” (que

pertence ao tesouro da Igreja e não é exclusiva de um grupo, podendo portanto o leitor comprometido traduzir o termo “mercedário” por “cristão”): ação libertadora, ser em liberdade, desdobramento da fé e participação comunitária.

J. Ruiz de Gopegui S.J.

DALE, Romeu (org.): *A Ação Católica Brasileira* (Col. “Cadernos de História da Igreja no Brasil” 5). Ed. Loyola, São Paulo, 1985. 157 pp., 21x14cm.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.): *Reformismo da Igreja no Brasil Império. Do celibato à caixa eclesiástica* (Col. “Cadernos de História da Igreja no Brasil.” 6). Ed. Loyola, São Paulo 1985. 104 pp., 2x14cm.

Estes dois livros correspondem aos números 5 e 6 da Coleção Cadernos de História da Igreja no Brasil publicada pelo CEPEHIB em convênio com as Edições Loyola.

Para colocar a publicação desta série numa perspectiva mais ampla devemos lembrar que o CEPEHIB — Centro de Pesquisas e Estudos sobre a História da Igreja no Brasil — foi fundado em 1978 com a finalidade de “estudar a História da Igreja no Brasil”, e especialmente ajudar a “localizar e pesquisar documentos, periódicos, obras sobre a matéria em face”. De acordo com este programa, seis pontos eram destacados como objetivos básicos na primeira circular destinada a divulgar a fundação do Centro: 1. Procurar fazer um levantamento progressivo dos documentos manuscritos e impressos. 2. Procurar

conhecer os arquivos eclesiásticos. 3. Organizar um fichário. 4. Manter intercâmbio com as diversas instituições que se dedicam à História do Brasil. 5. Estimular a coleta, a conservação e a utilização dos documentos e obras existentes. Com este objetivo, a criação de um Boletim. 6. Promover encontros, simpósios.

Três grandes iniciativas foram desenvolvidas pelo CEPEHIB, ao longo destes sete anos, para realizar seus objetivos fundacionais de pesquisar a história da Igreja no Brasil, e, especialmente, localizar, conservar e divulgar a documentação existente: A primeira iniciativa, de acordo com o número 5 do programa, foi a publicação regular do *Boletim do CEPEHIB*, com quatro números por ano, a partir de 1979. Estes números já publicados constituem um meio indispensável para a pesquisador pelo destaque concedido às questões de bibliografia e arquivos.

A segunda iniciativa, também de acordo com o número 6 do programa, consistiu na realização dos “Encontros Nacionais de História da Igreja”. Cinco foram até agora os encontros realizados, estimulando o intercâmbio entre os pesquisadores e a pesquisa sistemática de assuntos e épocas.

A terceira iniciativa, referente à

divulgação da documentação, de acordo com o ponto 5 do programa, consistiu na publicação, a partir de 1982 da Coleção Cadernos de História da Igreja no Brasil. Estes cadernos têm por finalidade primeira a divulgação de documentos básicos dentro da história da Igreja de difícil acesso para os pesquisadores. Mas como esta divulgação pressupõe uma prévia pesquisa seletiva, e vai acompanhada de uma introdução histórica sobre os autores e as circunstâncias que enquadram os documentos, podemos dizer que cada caderno é mais do que um mero acervo documentário. Constitui na realidade uma primeira elaboração do tema proposto. Este é, aliás, o caso dos dois livros aqui apresentados.

Com respeito à Ação Católica Brasileira, Frei Romeu Dale, antigo assistente nacional da JUC, não se limitou a coletar e apresentar os documentos, que compõem este caderno, mas apresenta na introdução uma rápida visão histórica deste movimento, e sobretudo uma amplíssima bibliografia.

Quanto ao critério adotado para a seleção dos documentos, o autor nos adverte que "seria impossível documentar, nas dimensões restritas de um caderno do CEPEHIB toda a vida da ACB nos 30 anos que marcaram seu nascimento, suas transformações, o auge de sua presença na Igreja do Brasil, assim como seu declínio", e que dada essa impossibilidade "vamos nos limitar a documentos oficiais, representativos de cada época, e referentes apenas à Ação Católica Brasileira, em nível nacional e abrangendo o conjunto da mesma".

De acordo com este critério, foram constituídos dois "blocos": o primeiro referente à implantação, ou como o texto prefere "oficialização",

da Ação Católica no Brasil, e o segundo a seu desenvolvimento e atividade entre 1937 e 1964.

O primeiro bloco, que abrange os primeiros anos, de 1935 a 37, inclui os seguintes documentos: o "mandamento dos arcebispos e bispos do Brasil" promulgando, cada um para sua diocese na festa de Pentecostes de 1935, os estatutos da Ação Católica; um documento de Dom Sebastião Leme, cardeal e arcebispo do Rio de Janeiro, intitulado "Princípios e Disposições gerais da Ação Católica"; duas cartas do Papa Pio XI ao Cardeal Leme e ao episcopado brasileiro sobre a Ação Católica; e finalmente, a parte referente à Ação Católica na pastoral coletiva publicada no término do Concílio Plenário Brasileiro (1939) por todos os arcebispos e bispos do Brasil.

O segundo bloco está constituído pelos documentos referentes às semanas nacionais da Ação Católica Brasileira (sete semanas: 1937, — primeiro Congresso Nacional, 1946, 1947, 1948, 1950, 1951, 1957, 1961) e o "documento-base" apresentado em 1964 pelos movimentos especializados perante a Comissão Episcopal, e que constitui no juízo do autor uma espécie de resumo dos "30 anos de Ação Católica (1935-1964)".

Desta forma, a obra de Frei Romeu Dale, um dos fundadores do CEPEHIB, oferece na introdução e no enquadramento de sua periorização uma visão de conjunto sobre "A Ação Católica Brasileira" e com a publicação dos elementos básicos e a bibliografia existente abre o caminho para os pesquisadores que pretendam trabalhar neste tema tão apaixonante.

O número seguinte da série dos Cadernos de História da Igreja no

Brasil, nº 6, sob o título “Reformismo da Igreja no Brasil Império. Do celibato à caixa eclesiástica”, é devido a Frei Oscar de Figueiredo Lustosa, O.P., fundador e presidente do CEPEHIB, autor igualmente de outros dois livros desta coleção: o volume 2º. (*Os Bispos do Brasil e a Imprensa*), e o 3º (*Igreja e Política no Brasil*). Doutor em história, professor de história da Igreja na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção e no Instituto Teológico de São Paulo, e de História Ibérica na USP, é especialista na História da Igreja do Brasil — em 1977 publicou uma síntese sobre o tema: “A presença da Igreja no Brasil. História e Problemas” —, e especialmente da história da Igreja no século XIX com duas obras publicadas: *Política e Igreja e Reformistas na Igreja do Brasil Império*.

Precede aos documentos uma introdução histórica, em que Frei Lustosa destaca a necessidade de uma reforma, por todos sentida na Igreja do Brasil, após a profunda crise dos séculos XVIII e XIX. A primeira tentativa organizada de reforma “pode ser classificada de regalista, nacionalista e liberal. Esta se manifesta muito ativa entre 1826 e 1842 e é dirigida por um grupo de padres paulistas”. A segunda, que viria depois, desenvolve-se entre 1844 e 1889 e acaba sendo encampada pelos “ultramontanos e conservadores” (p. 10).

A presente obra abrange apenas a primeira fase. O autor periodiza esta tentativa de reforma da Igreja Brasileira em quatro momentos: 1) A discussão desencadeada nos meios de opinião pública pelo projeto apresentado em 1827 na Câmara pelo depu-

tado Ferreira França pedindo a extinção dos religiosos e a abolição do celibato eclesiástico. 2) Os três projetos apresentados à Assembléia Geral em 1831, pela Comissão Eclesiástica (padres Feijó, José Bento de Melo e Antônio Maria de Moura). Estes projetos propunham inovações interessantes, como a substituição do cabido pelo presbitério, e a criação da caixa eclesiástica para substituir o dízimo; abriam ao mesmo tempo passo à supressão do celibato. Este projeto constitui o primeiro documento publicado. 3) O terceiro momento inicia-se em 1834 com a Representação que o Conselho Geral de São Paulo entregou ao Bispo, pedindo que em uso de suas faculdades episcopais concedesse a dispensa do celibato, no território de sua jurisdição, aos seus súditos. As consultas e pareceres sobre esta “Representação” formam o corpo da parte documental da presente obra, com um total de 12 documentos. 4) Arquivada finalmente a Representação, as Comissões Eclesiásticas — formadas por seis padres — apresentaram um projeto de Constituição Eclesiástica para a diocese de S. Paulo, que também não foi aprovado. O prefácio deste projeto de Constituição é o último documento do presente volume.

Como se pode ver, estas tentativas de reforma da Igreja, são um tema sempre atual, pois embora não fossem bem sucedidas na época, encerram uma problemática e propostas de soluções como é o caso da autonomia das dioceses, a criação de uma caixa eclesiástica, a dispensa do celibato etc. — que se podem considerar vigentes até hoje.

Luis Palacin S.J.

FITZMYER, J. A.: *Catecismo cristológico*. Respuestas del Nuevo Testamento (Col. Biblia y catequesis, 4), Ed. Sígueme, Salamanca, 1984, 159 pp., 20,5x12,5cm.

Concebido originariamente como parte de um "Guia pastoral da Bíblia" (1978), este breve estudo sobre alguns problemas cristológicos do NT conheceu alguns anos depois uma versão francesa revista e atualizada (*NRT* 103 [1981] 18-47; 187-208). O acréscimo de novas perguntas, a reformulação de algumas respostas e a inclusão de um apêndice contendo um comentário do autor à famosa instrução da Comissão Bíblica (em 1964) "Sobre a verdade histórica dos Evangelhos" (cf. *ThSt.* 25 [1964] 386-408) constituem o texto original inglês (1982) sobre o qual está feita a tradução espanhola.

O gênero literário não deixa de ser surpreendente. Primeiro porque a época dos "catecismos" — com perguntas e respostas para serem decoradas — parece ter sido definitivamente superada. Mas sobretudo porque a mentalidade "moderna" que transparece nas perguntas (filha da preocupação positivista com os "fatos" e da curiosidade histórica pelo "que aconteceu realmente") está nos antípodas do que constitui a intencionalidade e o ponto de vista do NT. Nada aconselharia, pois, a escolher esse acesso para a Cristologia do NT.

E, no entanto, é preciso reconhecer que os resultados são extremamente positivos. O A. não sucumbe aos pressupostos implícitos em certas questões. Sabe desmascará-los, corrigindo assim a perspectiva de muitas perguntas. Por outro lado, não evita os desafios. É consciente que — bem

ou mal colocadas — essas questões povoam a cabeça de não poucos cristãos. E então, com a competência e a honestidade do especialista, trata de *situar* corretamente os problemas, oferecendo alguns *elementos de resposta* do ponto de vista exegetico, mas consciente dos limites desse tipo de abordagem. Não se trata, pois, de uma Cristologia do NT, como poderia sugerir o título, mas da questão do acesso ao "Jesus histórico" através dos evangelhos (cf. as 3 primeiras perguntas) e da atual situação da crítica histórica dos evangelhos aplicada a alguns temas centrais da pessoa e da mensagem de Jesus (desde o nascimento virginal até à ascensão, assim como à transposição pós-pascal do seu significado).

Esta problemática explica a inclusão, no Apêndice, da Instrução de 1964 da Comissão Bíblica e o significativo parágrafo 19 da Constituição *Dei Verbum* do Concílio Vaticano II sobre a divina revelação, que resume, em forma abreviada, os ensinamentos da Instrução da Comissão Bíblica. A ninguém que conheça a conturbada existência da Pontifícia Comissão Bíblica e o papel por ela desempenhado, desde a sua criação em 1902 pelo Papa Leão XIII até a década de 60, escapará a importância decisiva das posições assumidas pela Instrução e as novas perspectivas que ela abria para os estudiosos católicos da Bíblia.

Este "Catecismo cristológico" se situa na esteira do caminho aberto pela Instrução e corroborado pela autoridade do Concílio. Aceitando o tipo de perguntas que surgem da moderna mentalidade histórico-positiva e utilizando todos os recursos dos atuais métodos exegeticos, o A. trata de condensar por um lado os resulta-

dos aos que permite chegar a crítica histórica sobre cada uma das questões, mas é consciente, ao mesmo tempo, de que a fé do cristão do séc. XX não depende dos resultados da exegese nem do que a crítica histórica permita "reconstruir" do chamado "Jesus histórico". A "verdade" dos evangelhos (que não se reduz à pura crônica histórica) é inseparável do testemunho de fé da comunidade primitiva. Daí a insistência com a qual o A. aplica a cada um dos problemas abordados a distinção introduzida pela Instrução sobre as "três fases da tradição", para não confundir nem identificar sem mais o acontecido nos dias da vida terrestre de Jesus (Sitz im Leben Jesu), o testemunho da fé eclesial na versão querigmática da Igreja primitiva (Sitz im Leben der Kirche) e a utilização feita por cada evangelista do material recebido da tradição (Sitz im Evangelium).

De modo geral o A. é muito feliz e equilibrado na formulação dos resultados, embora certas respostas possam parecer excessivamente condensadas e, por isso, a certos olhos, "minimalistas". Em todo caso, se de minimalismo se pode falar, não se trata de um princípio estabelecido a priori. É apenas a honestidade de quem renuncia às falsas seguranças às quais nos tinha acostumado um "fundamentalismo" não menos criticável e amedrontado. É conveniente acrescentar, contudo, que sem uma formação teológica de base será difícil não só compreender este "Catecismo cristológico" mas tirar proveito dele. Ele pressupõe uma certa maturidade da fé capaz de atualizar-se, de aprofundar o seu conteúdo e de deixar-se purificar sob muitos aspectos.

Carlos Palácio S.J.

COMBLIN, J.: *Breve curso de teologia. I. Jesus Cristo e sua missão; II. O Espírito Santo e sua missão; III. A Igreja e sua missão no mundo.* Ed. Paulinas, São Paulo 1983, 1984, 1985; 256 pp., 348 pp., 330 pp., 21x13,5cm.

É inegável o impasse no qual se debate hoje a teologia cristã. As razões são muito complexas. Algumas de ordem cultural: o reflexo sobre a teologia da grande mutação que se está operando na cultura ocidental. Outras dependem mais diretamente da transformação da consciência eclesial. A originalidade deste "Breve curso de Teologia" consiste em renunciar aos pressupostos teóricos e práticos que presidiam à organização tra-

dicional do curso de teologia para desenvolver-lhe assim, por paradoxal que pareça, toda a sua força evangelizadora.

O objetivo central deste curso não é o estudo nem a informação teórica mas a prática da evangelização. A teologia é concebida aqui prioritariamente como função da práxis eclesial. Eis por que os destinatários são, em primeiro lugar, os missionários leigos, religiosos ou sacerdotes que desejam preparar-se melhor para o exercício do ministério da Palavra. O que pressupõe já neles uma certa "apropriação" pessoal da fé cristã, um compromisso concreto de serviço à Igreja e uma busca de síntese entre evangelização e vida. Não se trata, contudo, de apresentar um "progra-

ma de evangelização” para as comunidades eclesiais, mas de oferecer um marco teórico que ajude a interpretar a prática evangelizadora.

Esta dimensão comunitária e eclesial marca não só a perspectiva do curso mas a própria metodologia de trabalho. O curso não foi pensado para um estudo individual. É um trabalho que tem que ser realizado em grupo e verificado na comunidade de fé. A “síntese” viva só poderá surgir do confronto constante entre a fé “in actu” do povo cristão, a expressão escrita dessa fé inspirada pelo Espírito (Escritura) e a interpretação eclesial da mesma sob a orientação da Hierarquia (Tradição). O caráter “sistemático” do curso, portanto, não consiste na exposição ordenada das idéias mas na descoberta progressiva da evangelização em ato: paciente purificação e pedagogia concreta da fé vivida pela comunidade eclesial.

A estruturação do curso é simples e transparente: Jesus Cristo e sua missão (vol. I), o Espírito Santo e sua missão (vol. II), a Igreja e sua missão no mundo (vol. III). O vol. IV, (A sabbedoria cristã), deverá ser uma reflexão sobre o homem nessa história do povo de Deus. Como toda opção, também esta tem as suas vantagens e os seus inconvenientes. Mas o resultado é altamente positivo. Pela sua preparação teórica, pela sensibilidade pastoral e conhecimento da realidade, assim como pela busca concreta de alternativas teológicas para a formação de novos ministros, J. Comblin possuía os elementos necessários para realizar este projeto, cuja riqueza reside na mútua interação entre método e conteúdo.

O primeiro volume nos oferece os elementos fundamentais de uma Cris-

tologia indutiva que reproduz, com a ajuda dos textos bíblicos, a estrutura básica do anúncio de Jesus Cristo nos evangelhos: vida, morte e ressurreição de Jesus que se abrem à confissão trinitária. A missão de Jesus — o evangelizador por excelência — só se entende a partir do Pai (daí os dois primeiros capítulos) e enraizada no mistério trinitário (cap. 15).

O segundo volume apresenta o que poderíamos chamar uma “antropologia histórica”, unificada pela ação do Espírito Santo. A “missão” do Espírito é precisamente suscitar na história a vida nova de Jesus Cristo. Velhos temas da antropologia teológica (desde a protologia à escatologia, passando pelo processo de justificação, a moral, a doutrina social, etc.) ou temas mais modernos (como libertação, economia, política, cultura, etc.) encontram, sob a luz da “missão do Espírito”, uma unidade nova.

O terceiro volume é fundamentalmente uma eclesiologia renovada, sobretudo à luz do Vaticano II. Aqui encontram seu lugar também os sacramentos, a liturgia e dois capítulos dedicados a Maria: mãe de Deus (c. 14) e mãe da Igreja (c. 15).

É possível que esta teologia não encontre o favor de todos os leitores (sobretudo dos formados em outros moldes). E não faltarão especialistas dos diversos temas que possam discordar em algum ponto particular. Ninguém poderá, contudo, negar a este “Breve curso de Teologia” três qualidades importantes: a) é uma teologia que devolve ao texto bíblico toda a sua importância como base de uma reflexão em vista da evangelização (e nisto se aproxima muito do que deve ter sido a gênese do teologi-

zar no NT); b) é uma reflexão que recupera a unidade vital de cada tema teológico, relacionando os aspectos que estavam separados na divisão dos "tratados" clássicos e mostrando a sua relevância para a comunidade; c) é finalmente uma teologia serena, equilibrada e voltada para a vida concreta da comunidade. Com mestria J. C. retira da tradição o que é inspira-

dor para a nossa situação (sem cair na repetição mecânica de controvérsias estéreis) e sabe distanciar-se igualmente das posições mais arriscadas da Teologia contemporânea, para concentrar-se no que poderíamos chamar o consenso básico da atual Teologia católica.

Carlos Palácio S.J.

ANDRADE, Barbara: *Encuentro con Dios en la Historia. Estudio de la concepción de Dios en el Pentateuco* (Bibl. de Estudios Bíblicos 45). Ed. Sígueme, Salamanca (Espanha) 1985. 250 pp., 21,5x 13,5cm. ISBN 84-301-0954-4

O atual debate em torno à Teologia da Libertação obriga a uma leitura atenta da obra de B.A., teóloga radicada no México. A partir do pressuposto, próprio à TdL, de que a salvação histórica brota do encontro eficaz na história concreta entre o Deus transcendente e o homem imanente, a A. investiga a nível do Pentateuco o como concreto desse encontro, sua estrutura e sentido salvífico. O resultado final visa, pois, a proporcionar um aprofundamento bíblico, teológico e antropológico daquela premissa da TdL.

Parece-nos oportuno precisar as linhas diretrizes de sua pesquisa, apresentadas na Introdução (13-32). Sem elas dificilmente teríamos acesso ao conjunto. Em primeiro lugar, face à concepção unilateral sobre o que constitui a revelação histórica na Teologia de Pannenberg e face à pouca força antropológica do posicionamento de Cullmann, ambos produtos de uma acentuação da *oposição* entre

transcendência e imanência, a A. acentua o *encontro* histórico-real, eficaz e transformador, entre Deus e o homem. Desta maneira resgata a dimensão bíblica ativa da resposta histórica do homem no processo revelador.

Em segundo lugar, entrelaçam-se no estudo três níveis histórico-teológicos que não são proporcionados pelas fontes que vieram a constituir o Pentateuco: o nível da história universal, em que toda história é transfigurada como história de salvação; o nível da história concreta de Israel que se vai pouco a pouco entendendo como povo de Javé; e o nível da história do diálogo entre Javé e seu povo, diálogo que se desenvolve segundo o sentido hebraico de *dabar*: em palavras e ações de Deus e do homem.

Por último, para a finalidade de seu estudo, a A. prefere mover-se em termos de *unidades de sentido*, escolhendo duas: as que destacam a dimensão do Deus transcendente, e as que ressaltam as manifestações históricas de Deus. Nestas unidades de sentido estuda o dinamismo histórico divino-humano da chamada-resposta.

A obra consta de quatro partes. Na primeira, *O núcleo da experiência histórica das principais fontes do*

Pentateuco (33-59), pergunta-se a cada uma das fontes, devidamente localizadas em seu contexto histórico-teológico, pelo dinamismo dialógico entre Deus transcendente e o povo imanente que elas narram e confessam.

Na segunda parte, *O Deus outro* (61-140), investiga-se nas unidades de sentido que sublinham a abertura histórica para o alto (vertical), a concepção do Deus transcendente: um *Deus pessoal* que escolhe seu povo e entra em diálogo com ele; um Deus que, ao *revelar seu nome*, possibilita que o povo capte seu mistério salvífico, tendo assim acesso à intimidade com Ele; um Deus, cuja *palavra* implica um dinamismo de chamada-resposta; por último, um Deus experienciado como *Santo* e, portanto, a experiência histórica de salvação, entendida (vívda) como dependente desta santidade.

A terceira parte, *Deus na história* (141-214), analisa as unidades de sentido da manifestação de Deus na história, concretamente através dos principais antropomorfismos e antropatismos da compreensão bíblica de Deus.

Estas duas partes constituem o corpo central da obra, inexplicáveis uma sem a outra, porque o Deus transcendente se manifesta na história humana como Deus-para-o-homem: o ser-para-o-homem configura a divindade de Deus e o ser do homem referido a Deus configura a humanidade do homem. Esta conclusão é retomada, iluminada e complementada a partir do acontecimento salvífico de Jesus Cristo, tema trabalhado na quarta e última parte da obra, *Um caminho aberto para Deus e o futuro dos homens* (215-246).

Embora seja certo que a *História da Salvação* se apresenta para a Teologia contemporânea como o lugar apropriado para pensar e repensar a dogmática, não é tão evidente que as respostas ao que parece ser a aporia fundamental desta perspectiva, a saber: a relação transcendência-imanência ou sobrenatural-natural, tenham chegado a um consenso. O livro de B. A., rigoroso e sério, é uma contribuição valiosa para o debate e aprofundamento teológico de um tema que está longe de esgotar-se.

Luis Herrera S.J.

CIMOSA, Mário: *Levítico e Números* (Col. "Pequeno Comentário Bíblico - AT"). Trad. do italiano Luiz João Gaio; revisão José Joaquim Sobral. Ed. Paulinas, São Paulo, 1984. 187 pp. 20x12cm.

O A. justifica seu livro, chamando a atenção para a necessidade de se descobrir esses dois livros bíblicos ainda não suficientemente conhecidos pelos cristãos. Com relação a Lv, ressalta os valores permanentes que passaram para a liturgia cristã. Quan-

to a Nm, destaca a formação do Povo de Deus e seu caminho para a Terra Prometida, onde a presença de Deus no meio do povo é constante. Procura ver também o filão messiânico que aponta para a preparação do advento de Cristo.

Ao tratar de Lv, apresenta de início a estrutura e o conteúdo do livro. Num segundo momento, aborda a questão das fontes e tradições. Explica as várias nuances da tradição sacerdotal que o compõem, atendo-se mais ao Código de Santidade e a sua

importância como núcleo central. Em seguida descreve o sacerdócio, tanto em Lv como em Nm, nos quais ocupa um lugar central (tenha-se em conta a sua redação por escribas-sacerdotes). Discorre então sobre alguns aspectos da espiritualidade levítica e sacerdotal (separação, oferta sacrificial, participação comunitária, exigência de pureza pessoal, zelo pela causa de Deus, ter "o Senhor como herança"). Fala também sobre a bênção sacerdotal (Nm 6, 22-27), sua origem, destinatário e alcance universal. Num quarto momento, tece considerações sobre a Aliança em Lv, onde aparece uma de suas formulações típicas: "Estarei no meio de vós, serei o vosso Deus e vós sereis o meu povo" (Lv 26, 12). Alude à sua explicitação em quatro tópicos: santidade de Deus e pureza do povo, observância dos mandamentos, ano sabático e jubilar, futuro da aliança (bênçãos e maldições).

Partindo da expressão "sangue de Cristo", o autor remonta aos textos veterotestamentários, buscando os vários significados do sangue, em íntima conexão com a vida. Fala dos sacrifícios do AT (cordeiro pascal, aliança e expiação), mais tarde relacionados com o sacrifício de Cristo. Dedicar alguns parágrafos aos Testemunhas de Jeová e o sangue. Por fim, trata da figura de Moisés nos dois livros, fazendo uma relação entre este e Jesus, de acordo com os escritos neotestamentários.

Ao comentar Nm (o Povo de Deus a caminho), M. C. novamente inicia pela estrutura e conteúdo. No segundo ponto trata da questão das fontes: Javista, Eloísta e Sacerdotal, sendo esta última a que deu a forma definitiva ao livro. A seguir, o A. disserta

sobre o tema da presença de Deus no meio de seu povo, pelos sinais: a nuvem, a tenda e a arca; e por suas contínuas intervenções: guia do povo, maná, codornizes, água da rocha, etc. Compara também os efeitos da presença do Espírito Santo no NT com os da presença de Deus no AT. Aborda depois as características do Povo de Deus: constituição fundada na parentela; um exército em marcha; comunidade de Javé, em seus dois itinerários — um geográfico e o outro moral-espiritual, em verdadeira proclamação litúrgica, caminho de purificação (revoltas, riscos, o maná, a serpente de bronze).

Antes de concluir, esboça alguns traços sobre o messianismo nos quatro oráculos de Balaão (Nm 22-24).

Esta obra de M. C., de agradável leitura e bastante simplicidade, por isso mesmo recomendada aos iniciantes do estudo das Escrituras, se apresenta numa exposição muito didática. Antes de cada capítulo, o A. sempre elabora um pequeno sumário, facilitando a compreensão do tema. Procura fazer um trabalho teológico-exegético, apontando as relações dos textos com outras partes do AT e NT, ao mesmo tempo que tenta algumas aproximações cristológico-eclésiásticas. Esboça também algumas pinceladas de atualização, despertando o leitor para a necessidade dessa tarefa. Um ponto interessante para ser utilizado, a nível de realidade latino-americana, é o da "santidade de Deus e o ano sabático e jubilar" (Lv 25), iluminando a problemática da terra e a luta do povo sofrido, migrante e espoliado.

Luiz A. Pinheiro O.S.A.

DUSSEL, Enrique D.: *Caminhos de libertação latino-americana*. Tomo IV: *Reflexões para uma Teologia da Libertação* (Col. "Estudos e Debates Latino-americanos" 9). Tradução do castelhano Álvaro Cunha. Ed. Paulinas, São Paulo 1985. 294 pp., 23x15,7cm. ISBN 85-01-00154-0 (tomo IV).

Enrique Dussel é argentino, leigo, historiador, filósofo e teólogo. A rica formação interdisciplinar, evidente em sua obra, permite-lhe abordar uma diversidade de temas e questões, sempre situando e aprofundando cada assunto com uma precisão admirável. Mas é importante ter presente que não estamos apenas diante de um intelectual cristão engajado, um pensador crente e militante com um senso de eclesialidade marcante. É, acima de tudo, alguém comprometido e apaixonado por uma causa. Esta causa é a do pobre e sua luta.

A reflexão e compromisso do autor seguiu uma evolução, que ele mesmo esclarece nas primeiras páginas de sua obra, em relação à questão do pobre: primeiro a preocupação com o "pobre", depois o pobre como o "outro" e, por fim, o pobre como "Povo" (7). A fundamentação primordial para tal opção é evangélica: "Tive fome e me destes de comer!" É o critério decisivo de julgamento da história e realização do Reino. No pobre encontra-se o Cristo pobre.

A presente publicação reúne trabalhos produzidos ao longo de vinte anos: 1960 a 1980. A preocupação constante com a reflexão e práxis libertadora que se vem realizando na América Latina, e o papel da Igreja em relação a estas atividades consti-

tuem o eixo unificador da obra. A par do critério evangélico citado acima, o A. se afirma num preceito vetero-testamentário muito acentuado: o cuidado com "o pobre, a viúva e o órfão". A partir destas categorias desenvolve outras mais temáticas em relação à realidade, permitindo abordar as relações "políticas,, eróticas e pedagógicas" em nossa estrutura social e cultural. Esses três pontos aparecem com frequência em diversos trabalhos, como áreas ou dimensões reais onde se faz necessário desenvolver uma verdadeira libertação no continente latino-americano e em todo o mundo colonizado. Assim o A. consegue ser concreto na sua reflexão, mantendo ainda unidade de enfoque e coerência na análise.

A situação do pobre, negro, índio, da mulher explorada e usada como objeto de prazer e freqüentemente esquecida por uma Teologia tradicionalmente feita por celibatários, a criança e a juventude alienada por uma formação dirigida, todos estão submetidos a uma mesma estrutura que usa diferentes formas ideologicamente desenvolvidas e impostas ao longo de séculos, sempre buscando esmagar, anular o mais fraco como pessoa, como sujeito para explorá-lo. É o esforço por apagar a interpelação de Deus como Outro absoluto que se revela no fraco, oprimido e injustiçado. Desenvolve-se uma idolatria, muitas vezes justificada em nome da defesa do cristianismo.

A Igreja está neste meio. É nesta situação que a Palavra deve ser eficaz e transformadora. A fé não pode perder sua força crítica desmistificadora dos falsos ídolos que exigem o sacrifício humano e buscam ocupar o lugar do Deus de Jesus Cristo. A Igreja

é continuamente desafiada a ser testemunha e profeta.

Optar por uma ação e reflexão que combatem tal situação é enfrentar conflitos já no seio da própria Igreja. Por isso o A. manifesta uma preocupação constante em comprovar a legitimidade, realidade e necessidade da Teologia da Libertação. Não basta mudar a terminologia do discurso. É necessário articular um arcabouço teórico sólido e atual, capaz de servir de suporte à reflexão teológica, permitindo contextualizar claramente a força e as exigências da revelação.

É por causa deste trabalho é possível encontrar na mesma obra artigos sobre o próprio discurso teológico, sobre os carismas e ministérios na Igreja, sobre a dimensão universal da missão da Igreja a partir de um texto profético e outros temas, tudo sem quebrar a coerência e unidade de pensamento e engajamento.

Por outro lado, a leitura de um livro de temas tão variados é também um desafio ao leitor. Há trechos em

que predomina o padrão científico, a conceitualização filosófica e técnica própria a uma capacidade de abstração mais exigente. Em outras, a maioria, no entanto vigora uma reflexão teológica fértil, com um estilo atraente e uma linguagem profética capaz de prender e questionar existencialmente. Uma vez que o livro é organizado por temas e em artigos distintos, é possível escolher de acordo com a necessidade e possibilidade o que ler e usar, mesmo que seja necessário pular alguns trabalhos.

Em síntese, trata-se de uma contribuição séria e corajosa, desenvolvida em uma época de mudanças, onde os conflitos e temores, sempre presentes nessas situações, exigem maturidade intelectual e compromisso pessoal de quem se atreve a descobrir, construir e trilhar caminhos revolucionários. Dussel sai-se com grandeza e indiscutível competência nesta tarefa.

Otaclio Leite SJ.

MENESES, Paulo: *Para ler a Fenomenologia do Espírito. Roteiro* (Col. "Filosofia" 1). Ed. Loyola, São Paulo 1985. 207 pp., 21x14 cm.

Escrevendo a respeito da *Fenomenologia do Espírito*, diz Richard Kroner, um dos mais conhecidos estudiosos do Idealismo alemão na primeira metade deste século: "Apesar dos seus defeitos, de resto reconhecidos pelo próprio Hegel, a *Fenomenologia* permanece no entanto sua obra mais genial e, talvez, a obra mais genial de toda a história da filosofia" (*Hegel*

heute, ap. "Hegel-Studien", 1: 1961, 143). Para um conhecedor, mesmo superficial, da obra de Hegel esse juízo parecerá dificilmente contestável. A genialidade brilha na *Fenomenologia* pela vastidão e originalidade da concepção, pela maestria incomparável no uso dos procedimentos dialéticos da razão, pela prodigiosa riqueza do texto, pela força poderosa de um estilo que forja para a Filosofia uma nova linguagem de surpreendente plasticidade. Genialmente inovadora por um lado, a obra que inaugura, como pórtico grandioso, a fase de maturidade do pensamento de Hegel

abriga, por outro lado, na sua complexa construção, toda a riqueza da cultura do seu tempo, não recolhida ao acaso, mas ordenada num vasto desenho histórico-dialético que “re-memora”, interiorizando-o no conceito, o caminho, desde as suas origens, da cultura ocidental.

Rica, complexa, original, a *Fenomenologia* apresenta-se como obra de leitura reconhecidamente difícil. É, pois, compreensível que se multipliquem, na bibliografia sobre Hegel, os instrumentos de trabalho cujo propósito é, como os dos antigos comentários na literatura filosófica clássica, conduzir pela mão o leitor e levá-lo, através dessa *manuductio*, ao âmago do texto, ao seu sentido autêntico, às suas fontes históricas, às suas articulações lógicas, à visão de conjunto da sua estrutura e do seu desenvolvimento.

No campo dos estudos hegelianos, esse gênero de literatura floresceu sobretudo no último pós-guerra, a partir da grande obra de Jean Hyppolite, ainda hoje indispensável para a compreensão das raízes históricas e do desdobramento conceptual da *Fenomenologia*. Vieram depois os estudos sobre o vocabulário, como os de Joseph Gauvin e C. Boey, sobre a idéia e composição da *Fenomenologia*, como os de O. Poeggeler, sobre a sua relação com o Sistema, como os de L. B. Puntel e H. H. Ottman, sobre a sua lógica, como os de H. F. Fulda e J. Heinrichs, sobre sua estrutura e movimento dialético, como os de P.-J. Labarrière, aos quais vem acrescentar-se o recente comentário analítico de C. A. Scheier.

O roteiro de Paulo Meneses que aqui apresentamos não é um simples resumo do texto de Hegel tal como o

útil sumário que A. V. Miller acrescentou à sua tradução inglesa da *Fenomenologia*. Sendo uma paráfrase vigorosa e penetrante é, igualmente, uma indicação dos nós estruturais e uma explicitação das transições dialéticas que dão movimento e unidade ao texto de Hegel. Está bem longe da intenção de Paulo Meneses o pretender substituir-se à leitura direta do texto. Ao contrário, sua ambição — modesta mas exigente — é exatamente oferecer ao eventual leitor de Hegel um *roteiro* no sentido mais literal: o traçado dos caminhos, que o viajante leva nas mãos, para poder avançar com segurança pelo continente fenomenológico.

Esse roteiro, convém dizê-lo, teve origem em numerosos seminários sobre a *Fenomenologia* que Paulo Meneses dirigiu na UNICAP (Recife-PE). Escrito em estilo límpido, elegante e vigoroso, que não é indigno dessa linguagem grave e majestosa que Hegel criou para a *Fenomenologia*, ele não poupa, por outro lado, ao leitor o “esforço do conceito”. Se não há “caminho real”, liso, direito e sem obstáculos para a Ciência, muito menos o há para a Ciência hegeliana. Sabe-o o comentador da *Fenomenologia*, essa primeira e difícil jornada da longa viagem que deverá estender-se ainda pelas terras imensas da *Ciência da Lógica* e da *Enciclopédia*. Assim, se o presente roteiro é um instrumento, ele é, segundo a definição clássica, um *movens motum*, ou seja, só poderá ser utilmente empregado para se avançar no caminho da *Fenomenologia* se for impelido pelo enérgico movimento da compreensão do leitor que se debruça sobre o texto.

Mas esse leitor — e penso em particular nos estudantes dos cursos de Fi-

losfia que se dispõem a um primeiro encontro com a obra de Hegel – se sentirá amplamente recompensado seguindo o roteiro de Paulo Meneses. E mesmo os que já consumiram longas vigílias perseguindo os meandros do texto fascinante e desafiador poderão, quem sabe, experimentar a surpresa de, consultando o nosso roteiro à volta de algum obscuro caminho, ver iluminar-se o horizonte e

emergir em nova claridade figuras há muito conhecidas do “saber que se manifesta”.

[Com esta obra, as Ed. Loyola iniciam uma nova coleção, intitulada “Filosofia”, dirigida pela Faculdade de Filosofia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, Belo Horizonte - MG. – *Nota da Redação*]

Henrique C. de Lima Vaz SJ.
